

Processo n.º: 1.121.067
Natureza: Denúncia
Órgão: Prefeitura Municipal de Nova Módica
Denunciante: Mabelê Comércio de Veículos Eireli.
Procuradores: Maria Eduarda Borges Mesquita Espínola (OAB/BA 19.175) e Adriana Maria Balduino da Silva Rosas Biondi (OAB/BA 10.351)
Denunciados: Walter Júnior Ladeia Borborema (Prefeito) e Lara Katrini Ferreira dos Santos (Pregoeira)

I – RELATÓRIO

Tratam os autos de denúncia, com pedido liminar, formulado por Mabelê Comércio de Veículos Eirelli, em face do Pregão Presencial n.º 021/2022 (Processo Licitatório n.º 051/2022), da Prefeitura Municipal de Nova Módica, cujo objeto é a:

“Aquisição de Ambulância, conforme especificações e quantidade estimada constante no Anexo I deste Edital.” (Item 1 do Edital, Peça n.º 8 do SGAP)

A denunciante alega que foi injustamente desclassificada do certame, sob o fundamento de que uma empresa revendedora não conseguiria fornecer o objeto pretendido, qual seja um veículo zero quilômetro, a teor das normas preceituadas na Lei n.º 6.729/1979 e na Deliberação Contran n.º 64.2008.

Ressalta, contudo, que referidos normativos não foram delimitados no edital, razão pela qual não poderiam ter sido utilizados para lastrear sua desclassificação do certame. Destaca, ademais, que o instrumento convocatório não exige que o primeiro emplacamento do veículo seja feito em nome do Município de Nova Módica, salientando,

ainda, que não haveria qualquer ilícito fiscal por parte da denunciante ao fornecer o objeto licitado.

Requer, por fim, a concessão de medida liminar para a suspensão do certame.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Cumpre destacar que a presente denúncia deu entrada neste gabinete, pela primeira vez, em 27/7/2022, ao passo que a sessão de abertura do certame estava marcada para o dia 26/07/22, tendo sido remarcada para o dia 11/8/2022, conforme publicado no Diário Oficial do Estado do dia 30/7/2022.

Em sede de cognição sumária, verifica-se a necessidade de se proceder à imediata suspensão do certame.

No parecer jurídico que fundamentou a desclassificação da denunciante (peça 8 do SGAP), consta a seguinte motivação:

“No caso em tela, a comercialização de veículo novo (zero km) é regulamentada pela Lei nº 6.729/79 (Lei Ferrari), onde dispõe que os veículos novos somente poderão ser comercializados pelas concessionárias, nos moldes da lei, com exceção a vendas diretas pelo fabricante a clientes especiais, sendo nesse sentido os artigos 1º e 12 do referido diploma, *in verbis*:

“Art. 1º. A distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem pelas convenções nela previstas e disposições contratuais.

[...]

Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda”.

Portanto, quando o veículo for revendido por não concessionário ou não fabricante (que também se caracteriza como consumidor final), a outro consumidor final, neste caso a administração pública, restaria descaracterizado o conceito jurídico de veículo novo.

Nesse mesmo sentido é a Deliberação n.º 64/2008 do CONTRAN, que define “veículo novo” como veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semi-reboque, antes do seu registro e licenciamento.

Assim, pela norma legal o veículo novo somente poderá ser comercializado por concessionário ao consumidor final, ficando evidenciado que o fato de ser revendido por um não concessionário descaracteriza o conceito jurídico de veículo novo ZERO KM, consecutivamente não podendo ser efetuado o primeiro emplacamento em nome do município, mas sim em nome da empresa que o adquiriu com posterior transferência da posse do mesmo para o município que se tornara seu segundo proprietário, sendo assim, o veículo terá seu primeiro emplacamento em nome da empresa que o adquiriu.

(...)

Assim, verifica-se que apenas a concessionária autorizada pelo fabricante ou a própria fabricante/montadora, responsável pela produção do veículo, poderia vender o automóvel considerado novo ao consumidor final, que neste caso é a Administração. Logo, uma empresa revendedora não se enquadra nas normas supracitadas, uma vez que não consegue fornecer o objeto pretendido pelo certame, qual seja, veículo novo, zero quilômetro”

Não obstante, observa-se que no Termo de Referência exige-se apenas que o veículo seja “zero-quilômetro” (peça 8 do SGAP), o que não se confunde com o conceito de “novo”, previsto na Deliberação n.º 64 do CONTRAN.

Aliás, o próprio Termo de Referência reforça essa diferenciação ao permitir que o veículo 0 KM a ser adquirido possa ter sido fabricado há seis meses.

Também não há qualquer previsão no Edital acerca da necessidade de que o primeiro registro e licenciamento seja feito em nome do município e sobre a aplicabilidade da Lei n.º 6.729/1979, conforme salientado pela denunciante em sua exordial.

Verifica-se, dessa forma, que as justificativas apresentadas no parecer acima transcrito não estão em consonância com os ditames previstos no Edital, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, preceituado no art. 3º da Lei n.º 8.666/1993.

Nesse sentido, impende colacionar trecho do acórdão exarado nos autos da Denúncia n.º 1.119.749, que foi deliberada na sessão da Segunda Câmara de 26/5/2022, sob a relatoria do Conselheiro Cláudio Couto Terrão, *verbis*:

“Ademais, é competência do gestor público avaliar as circunstâncias do caso concreto, as potencialidades do mercado e as necessidades do ente por ele representado, podendo assim optar pela maior ou menor amplitude da concorrência, conforme a viabilidade da aquisição de veículos já previamente licenciados.

Em outras palavras, **a escolha pela compra de veículos novos apenas da montadora/fabricante ou da concessionária é discricionária da Administração Pública, devendo restar tal opção claramente estabelecida no edital, com vistas a permitir que as empresas interessadas tenham ciência do objeto a ser contratado, evitando surpresas no momento da análise das propostas apresentadas.** (destaquei)

Repiso que, na presente hipótese, a Administração, ao delinear as especificações do objeto no Termo de Referência, limitou-se a descrever o veículo a ser adquirido como “zero-quilômetro”, sem exigir o primeiro emplacamento em nome do município, o que permitiu a participação de concessionárias e revendedoras, ampliando-se, por

consequente, o universo de competidores dentro do âmbito da legalidade e em harmonia com os preceitos da Lei de Licitações e Contratos.

Essa linha de intelecção foi por mim adotada na Denúncia n.º 1.082.575, julgada na sessão da Primeira Câmara de 12/7/2022.

A propósito, a unidade técnica deste Tribunal, ao analisar a Denúncia n.º 1.101.670, de relatoria do Conselheiro José Alves Viana, aduziu a seguinte tese:

“Portanto, considerando o entendimento acima no sentido de que a opção em admitir ou não a participação de revendedoras em licitações para aquisição de veículos novos se encontra no âmbito da discricionariedade administrativa; **considerando que o edital em comento não exigiu que os veículos sejam “novos” ou que tenham seu primeiro emplacamento em nome do Município** e, por conseguinte, tendo o pregoeiro justificado que a opção do edital em tela visa ampliar a concorrência e garantir a isonomia; e considerando que a empresa vencedora do certame, R&M Transporte Licitações e Serviços Eireli, possui como atividade principal o comércio a varejo de automóveis, estando, portando, autorizada a vender os produtos ao consumidor final, atendendo integralmente o objeto do certame, mesmo com o veículo previamente licenciado, entende esta Unidade Técnica, *in casu*, pela improcedência do apontamento denunciado” (destaquei)

Ainda sobre a questão, destaco excerto do parecer ministerial exarado nos autos da Denúncia n.º 1.095.462, no sentido de que:

“Desde que comprovado pela empresa revendedora que o veículo ofertado à administração pública não tenha sido utilizado anteriormente, ou seja, não tenha perdido as características inerentes aos veículos novos, o fato do primeiro licenciamento ter sido realizado em nome da revendedora para posterior e imediata transferência de titularidade do veículo para a administração

pública não pode ser invocado para impedir a participação de revendedoras de veículos em licitações públicas.

Entendimento diverso atenta contra a finalidade do processo licitatório, frustra o caráter competitivo do certame e afasta da administração pública a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa, em flagrante ofensa ao art. 3º, caput e §1º, I, da lei federal n. 8.666/93”.

Ressalto, ainda, que os contratos de exclusividade regulamentam a relação que se estabelece entre fabricante e concessionária, convencionando condições que dizem respeito às partes. Nessa hipótese, a Administração é consumidora final dos produtos, e não participa do pacto. Outrossim, a garantia de fábrica dos veículos é decorrente de lei, e a cobertura assegurada pelo fabricante não é interrompida com a transferência da propriedade dos bens.

Nessa contextura, considerando a plausibilidade das alegações da denunciante, denotada pela existência da fumaça do bom direito por ela invocada, e tendo em vista ainda o *periculum in mora*, porquanto a abertura das propostas está agendada para o dia 11/8/2022, faz-se necessária a imediata suspensão do Pregão Presencial n.º 021/2022 (Processo Licitatório n.º 051/2022), promovido pela Prefeitura Municipal de Nova Módica.

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, havendo sido observados vícios na condução do certame em análise capazes de ensejar prejuízos à Administração, **determino**, *ad referendum* da Primeira Câmara, conforme o disposto no art. 267 do Regimento Interno, a **suspensão cautelar do Pregão Presencial n.º 021/2022** (Processo Licitatório n.º 051/2022), da Prefeitura Municipal de Nova Módica, devendo o órgão abster-se da

prática de atos relativos à contratação dele decorrentes até o pronunciamento final de mérito nestes autos.

Intimem-se a denunciante e os denunciados, via D.O.C. e *e-mail*, desta decisão.

Após, remetam-se os autos ao órgão técnico para análise e, posteriormente, ao Ministério Público junto ao Tribunal.

Tribunal de Contas, em 2/8/2022.

HAMILTON COELHO
Relator